

A visita de Wittgenstein à epistemologia

Maira Costa

(Afiliação acadêmica)

Abstract: The aim of this paper is to show the relevance of On Certainty's 308 paragraph to consider a Wittgensteinian contribution to the epistemological thought. Given that Wittgenstein's concern turns, in On Certainty, to major epistemological problems - namely, the problem of doubt, certainty, knowledge and justification - we present some relevant results of Wittgenstein's "visit" to epistemology through the exegesis of paragraph 308, which presents systematically the problems faced in the book. To do so, we will seek to explore three main themes presented in the paragraph: the categorical distinction between "knowledge" and "certainty", the logical role of "doubt" and the grammatical role of some empirical propositions.

Key-words: knowledge, certainty, doubt, epistemology, Wittgenstein

A proposta deste artigo é mostrar a relevância do parágrafo 308 de *Da Certeza* para se pensar em uma contribuição wittgensteiniana ao pensamento epistemológico¹. Tendo em vista que a preocupação de Wittgenstein se volta, em *Da Certeza*, para os principais problemas epistemológicos – a saber, o problema da dúvida,

¹ Danièle Moyal- Sharrock, em seu livro *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, já comenta a importância desse parágrafo no estudo de *Da Certeza*. O presente artigo é em grande medida tributário desse trabalho exegético e interpretativo, mas distancia-se dele pois, enquanto Sharrock procura em *Da Certeza* uma nova concepção de epistemologia – que inclusive faria jus ao que ela pretende chamar de terceira filosofia wittgensteiniana –, queremos mostrar, ainda que rapidamente, que a despeito da atenção dispensada, por Wittgenstein, à epistemologia, o que ele pretende com isso não é apresentar uma nova concepção de “conhecimento”, “certeza” ou “dúvida”, mas desautorizar qualquer tentativa metafísica de uso dessas palavras. Nesse sentido, diríamos que a visita de Wittgenstein à epistemologia teve um resultado muito mais terapêutico do que positivo.

da certeza, do conhecimento e da justificação – achamos pertinente apresentar alguns resultados da “visita” de Wittgenstein à epistemologia por meio da exegese do parágrafo 308, o qual apresenta de forma sistemática os problemas enfrentados durante o livro. Para tanto, procuraremos explorar as três principais temáticas apresentadas no parágrafo: a distinção categorial entre “saber” e “certeza”, o papel lógico da “dúvida” e a função gramatical de certas proposições empíricas.

Distinção categorial entre “saber” e “certeza”

No parágrafo 308 de *Da Certeza*, Wittgenstein aponta para uma distinção categorial entre “saber” (Wissen) e “certeza” (Sicherheit), explorando sua relação com o papel – lógico – da palavra dúvida (Zweifel).

“Saber” e “Certeza” pertencem a diferentes categorias. Não são dois estados mentais como, por exemplo, “supor” e “estar seguro” (aqui, parto do princípio de que faz sentido dizer “eu sei o que a palavra ‘dúvida’ significa” e que nessa frase a palavra “dúvida” desempenha um papel lógico). Aquilo que nos interessa agora não é estar seguro, mas saber. Isto é, interessa-nos o fato de que não pode existir qualquer dúvida acerca de certas proposições empíricas, se é de fato possível formular juízos. Ou ainda: estou inclinado a crer que nem tudo que tem a forma de uma proposição empírica o é. (OC, 308)

Durante o parágrafo, apresentam-se duas distinções: a primeira separa categorialmente certeza e saber; a segunda, agrupa-os por oposição aos estados mentais. Quando fala em “estado mental”, Wittgenstein se refere a um estado subjetivo, o qual apenas pode ser experimentado pela pessoa. Em contrapartida, o filósofo se remete à certeza na sua objetividade, como aquilo sobre o qual nem mesmo nos questionamos. Cumpre, no entanto, tornar mais evidente a diferença entre ambas as maneiras de se operar com a palavra “certeza”. Tomemos, primeiramente, uma passagem na qual Wittgenstein fala em certeza subjetiva:

Com a palavra “certeza” exprimimos convicção completa, ausência de qualquer dúvida, e a partir daí tentamos convencer as outras pessoas. É certeza subjetiva. (...) (OC,194)

A partir do parágrafo 308, depreendemos que a certeza subjetiva figura como um estado mental em que alguém se sente apto a afirmar algo com convicção. Dizemos que alguém “está seguro” se tenta convencer outros indivíduos a respeito de um ponto de vista. Esse estado claramente não interessa a Wittgenstein (cf. OC, 308) e tentaremos investigar por quê. Quando fala em estado mental, Wittgenstein parece se referir a algo que é experimentado por um indivíduo em sua privacidade epistêmica. Trata-se de algo que apenas pode ser reconhecido pela tentativa desse sujeito de compartilhar seu ponto de vista. O que leva um indivíduo a afirmar estar seguro a respeito de uma proposição qualquer pode suscitar um estudo científico que procure causas, mas não pode suscitar interesse à lógica. É perfeitamente possível pensar em situações em que se diga “Eu tenho certeza que p” e, no momento seguinte, se diga “Eu tinha certeza que p”. A causa de uma mudança como essa não é objeto da lógica. A partir desses casos somos levados a perceber que de “Eu estou certo que p” não se segue necessariamente “p” (cf. OC, 2). A falta de relação lógica entre essas proposições faz com que Wittgenstein se decida por investigar uma certeza objetiva, a qual possui uma função lógica.

Quando é que qualquer coisa é objetivamente certa? Quando não é possível um erro. Mas que espécie de possibilidade é essa? Não deve o erro ser logicamente excluído? (OC, 194)

Wittgenstein nos sugere um caminho para entender o que é certeza objetiva. Devemos, primeiramente nos perguntar: quando um erro pode ser **logicamente** excluído? A resposta a essa questão envolve considerar que proposições como, “tenho duas mãos” e “essa árvore existe” – entre outras proposições – são certas, não apenas para mim, mas para uma comunidade de falantes. Duvidar de qualquer uma delas

(a não ser nos casos em que as circunstâncias exigem) colocaria em jogo todo o sistema que possibilita o sistema assertivo. Nos tornamos aptos a assumir atividades epistêmicas graças ao fato de que algumas proposições assumem o papel de regras de verificação. Caso não houvesse essas, não haveria como decidir o valor de verdade de outras proposições. Considerando a dupla função dessas proposições, chamamos as regras de verificação de proposições gramaticais e as proposições com valor de verdade de empíricas. Quando tratamos de proposições gramaticais, portanto, não podemos falar em verdade e falsidade, já que regras não são verdadeiras ou falsas. Nesse caso, portanto, não podemos dizer que cometemos um erro, dado que o erro exige que seja falso o que foi dito erroneamente como verdadeiro ou que se diga verdadeiro o que foi erroneamente dito como falso. Assim, consideramos que o erro não é logicamente possível nos casos em que tais proposições são enunciadas. Sua posição fundante em nossos jogos as coloca como anteriores até mesmo ao erro. Resguardadas da falibilidade, essas proposições aparecem como imediatamente certas.

Tenho razões (Gründe) compulsivas (Zwingende) para minha certeza. Estas razões tornam a certeza objetiva.” (OC, 270)

Wittgenstein destaca dos possíveis usos da palavra “certeza” um que em nada se assemelha a um estado mental. Quando há razões compulsivas para uma certeza, podemos chamá-la de certeza objetiva. Ou seja, não há como provar ou justificar a proposição “Estou certo de que essas são as minhas mãos”, pois nesse caso, é a maneira como nos comportamos diante de nossas mãos que é levada em conta. Essa atitude impensada, no entanto, não é experimentada por um indivíduo apenas, mas por uma comunidade de falantes (cf. OC, 462). A maneira como **nos** comportamos, por fim, é evocada nessa passagem como “certeza objetiva”.

Uma vez conceituada a certeza objetiva em oposição à subjetiva, devemos investigar que relação as proposições de “certeza” guardam com as de “saber”. Como foi explorado anteriormente, ambas devem situar-se no âmbito da objetividade por serem contrastadas com estados mentais. Tendo como foco a certeza subjetiva, há que se considerar a inescrutabilidade desse estado mental o qual apenas pode ser reconhecido pela tentativa –sintomática – de convencimento do interlocutor. Contrariamente, quando dizemos, “eu sei que p” não somente o “eu” ali envolvido pode certificar-se de “p”, como, de direito, todos podem, dado que há critérios públicos para que isso se decida. Por exemplo, se A diz “Eu sei que está chovendo no Rio de Janeiro agora”, ela deverá estar apta a responder perguntas do tipo “Como é que você sabe?”. Ao que A irá oferecer razões ou justificativas para ter dito tal coisa. O que é evocado como justificativa, entretanto, deve ser mais certo do que o que foi dito anteriormente (cf. OC,1), dado que a pessoa que pergunta pode não estar convencida de “chove no Rio”. A razão oferecida por A pode ser “ouvi no rádio quando vinha pra cá”. Ora, isso deve ser suficiente para que o interlocutor cesse o interrogatório. Isso porque citar a fonte de informações é tido por nossa comunidade como boa justificativa para que se afirme algo. É como se todo o jogo de oferecer justificativas e pedir por elas estivesse previsto. Mas em vez de afirmar algo tão geral e metafísico poderíamos apenas dizer que “o rádio transmite notícias confiáveis” é um critério público para que confirmamos “chove no Rio”. No entanto, aceitar esse critério não envolve deliberação da parte de um sujeito, mas de uma reação compartilhada por uma comunidade de falantes. Não há justificativa para que aceitemos certos critérios e não outros. Apenas paramos em algum ponto assente como se isso fizesse parte da nossa natureza. A partir dos exemplos, concluímos que a presença de um critério público para que se decida se uma proposição é verdadeira é marca da objetividade do “saber” assim como o *nosso* comportamento compulsivo é marca da objetividade da “certeza”.

Situá-las no âmbito da objetividade pode ser interpretado como um passo preparatório para o exercício wittgensteiniano ao constatarmos que o objetivo do parágrafo 308 é evidenciar a separação categorial entre “saber” e “certeza”. A tarefa aqui é, portanto, explicitar que apesar de compartilharem a objetividade, “saber” e “certeza” cumprem papéis lógicos distintos. Quais papéis são esses é o que por hora pretendemos elucidar. A distinção categorial proposta por Wittgenstein pode ser entendida da seguinte forma: se sentenças sobre as quais temos certeza objetiva fornecem as condições de possibilidade para um jogo de linguagem e dele não participam, sentenças sobre as quais ainda não foi decidido o valor de verdade fazem parte do jogo. A diferença entre esses dois tipos de sentença é colocada como uma diferença de categorias lógicas, ou seja, como tipos estanques de proposições. As proposições que embasam o jogo seriam lógicas (ou gramaticais) e aquelas que dele participam seriam proposições empíricas. Esses seriam os dois possíveis papéis que poderia cumprir uma sentença declarativa e não somente o papel de hipótese sobre a experiência.

Não poderia uma proposição afirmativa, a qual pode funcionar como hipótese, ser usada como proposição fundante da pesquisa e da ação? Ou seja, ela não poderá ser facilmente isolada da dúvida se ela não segue uma regra formulada? Ela é assumida como algo que se sustenta por si, nunca atraindo questões, e talvez não seja nunca formulada. (OC,87)

Ao separar categorialmente “saber” e “certeza”, Wittgenstein não pretende criar uma espécie de fundacionismo, mas apenas atentar para o fato de que em cada contexto existe uma gama de proposições que são dadas como certas e que funcionam como pressuposto de nossas colocações. Assim, separação categorial proposta não implica em rigidez ou imutabilidade das proposições em categorias definitivas. Trata-se de notar que proposições são, em dados contextos, empíricas e em outros, gramaticais. O que podemos fazer é, a cada momento, averiguar qual é sua posição nos nossos jogos de linguagem.

Mesmo uma proposição como “tenho duas mãos”, que se trata de uma certeza na maioria dos contextos, pode, em alguns casos, exigir uma prova ou uma justificação. Por exemplo, no caso de um acidente automobilístico, após um coma, alguém com humor negro pode dirigir-se ao acidentado dizendo: “Essas não são suas mãos, são próteses” ao que o acidentado responde: “Eu sei que essas são minhas mãos”. Nesse caso, seria perfeitamente possível pedir por uma justificativa: “Como você sabe que essas são suas mãos?”. Ao que se poderia responder: “Eu as comando voluntariamente”. Nesse exemplo, seria perfeitamente possível pensar na proposição “tenho duas mãos” como algo a ser testado, provado ou justificado. Nesse caso, essa seria uma proposição empírica. E, no entanto, é inegável que na grande maioria de nossos jogos de linguagem temos como certo que “as nossas mãos existem” e que “o solo vai permanecer sólido enquanto andamos sobre ele”. Apenas em situações muito específicas é que enunciaríamos ou questionaríamos essas certezas básicas.

Essa estabilidade quase formidável dessas proposições não as coloca, entretanto, na posição definitiva de verdades incontestáveis. Apenas mostra que na maioria dos contextos não faz sentido duvidar delas dado que seu papel em nossos jogos não é dúbio. Sua posição é anterior ao questionável, dado que sua aceitação permite que outras proposições sejam colocadas em dúvida.

Pode ser, por exemplo, que toda nossa pesquisa esteja estabelecida de tal forma a isentar de dúvida cada proposição certa assim que proferida. Elas (proposições certas) ficam a parte da rota em que a pesquisa se movimenta. (OC,88)

Para que qualquer dúvida seja erigida no interior de um jogo é necessário que haja meios de saná-la. Wittgenstein, por diversas vezes adverte, que a capacidade de se dar por satisfeito é característica essencial em **um** jogo de linguagem (cf.OC,2). Uma dúvida, apesar de não ter fronteiras demarcadas, não pode provocar uma regressão ao infinito, devendo aquele que duvida satisfazer-se com alguma resposta.

Para que uma dúvida tenha sentido ela deve respeitar o limite imposto pelas proposições que temos como certas em nossos jogos de linguagem. Por exemplo, não dizemos “existe uma mesa”, dizemos “essa mesa é feita de peroba” e, para tanto, tomamos como pressuposto que não há quaisquer disputas quanto à existência da mesa. Esse tipo de proposição, e aí está a originalidade de Wittgenstein no campo da epistemologia, não pode ser dita verdadeira, dado que, se por um lado nada a falsearia, por outro, nada a justificaria.

Podemos dizer que se é possível oferecer razões que justifiquem um proferimento empírico, não é possível fazer o mesmo caso haja um proferimento gramatical. Quando alguém não se convence que de “aquí está uma pedra” quando está a olhar para ela, o que poderia convencê-lo? Nesse caso, todas as nossas tentativas de chegar a um consenso se assemelharão não a uma conversa entre iguais, mas a uma tentativa de persuasão – que pode ou não fazer uso da força – ou de treinamento treinamento com o intuito de fazer o nosso interlocutor julgar da mesma maneira que julgamos.

O papel lógico da dúvida

Seguindo com o parágrafo 308, percebemos que Wittgenstein coloca a dúvida como um instrumento lógico que permite discernir as proposições empíricas das gramaticais.

(aqui, parto do princípio de que faz sentido dizer “eu sei o que a palavra ‘dúvida’ significa” e que nessa frase a palavra “dúvida” desempenha um papel lógico). (OC, 308)

Se Wittgenstein diz que essa proposição tem sentido é porque “eu sei o que a palavra ‘dúvida’ significa” se trata de uma proposição genuína, sobre a qual ainda resta investigar². Em

² Em diversos momentos de *Da Certeza*, Wittgenstein critica o filósofo Moore por usar a expressão “Eu sei que p” de maneira incorreta, sugerindo

decorrência disso, o uso de “eu sei”, tanto é apropriado ao caso, como passível de substituição pelas expressões “eu duvido que eu saiba” ou “eu pensava que sabia”. Essas possíveis substituições indicam que há razões a favor da minha alegação de conhecimento acerca do significado da palavra “dúvida”, da mesma forma como poderiam haver razões contra e que me levariam a mudar de ideia.

Supondo que alguém seja levado a reconhecer, após uma série de equívocos, que de fato não sabia usar uma dada palavra, não seria absurdo se dissesse: “eu pensava que sabia o que a palavra *x* significa”. Esse é um fato corriqueiro para crianças, aprendizes de língua estrangeira ou para quaisquer indivíduos que procuram usar palavras pouco comuns. Porém, a situação se torna um pouco mais complexa quando falamos da palavra “dúvida” e suas variantes. Aprendemos a questionar antes mesmo de saber o que a palavra “dúvida” significa. Por exemplo, uma criança se torna estupefata com alguns eventos do mundo e pergunta: “Mãe, por que isso?”, “Mãe, por que aquilo?”. A mãe, por sua vez, fornece razões para explicar determinados fatos, porém, em algum momento ela diz: “Somos assim!” ou “Porque sim!” Nesse caso, temos um aprendiz da linguagem apenas se familiarizando com o jogo das justificativas. Eis o porquê da sua insistência em questionar o que normalmente não questionamos. E aqui não haveria problemas em dizer: “essa criança não sabe operar com a “dúvida” ou “não sabe o que a palavra *dúvida* significa”, pois, se aprender a palavra *dúvida* é entender em que casos ela se aplica, apenas aprendemos seu significado no decorrer do processo de aprendizado do jogo no qual ela se insere.

Tendo em vista o caminho percorrido para afirmar que a “certeza” que interessa a Wittgenstein não é um estado mental, nos arriscamos a dizer que também a palavra “dúvida” também não pode associar-se a um estado mental. Afinal, qual seria o critério para

que a expressão seria usada corretamente se *p* fosse uma proposição sobre a qual se pode estar errado ou sobre a qual se pode duvidar.

identificá-la como tal? Seria a dúvida uma tendência do espírito da criança? Estaria ela dentro da cabeça desta criança no momento em que pergunta a sua mãe? Aí se iniciam os problemas filosóficos que muito se assemelham à tentativa de definir sensações ostensivamente (cf. PI,1-6). Para se definir a dúvida ostensivamente seria necessário postular uma entidade mental (ou conceito) que irradia o significado para os usos possíveis da palavra “dúvida” e ainda que essa pareça uma solução plausível em inúmeros casos queremos dizer, em consonância com as *Investigações Filosóficas*, que a palavra dúvida tem uma função em nossa linguagem e é apenas em referência a essa que podemos falar em significado. Queremos, portanto, afastar a ideia de que a dúvida seja um acontecimento privado que pode *apenas* ser *transmitido* pela palavra.

Então como eu sei que alguém duvida? Como eu sei que ele usa as palavras “eu duvido disso” como eu? (OC,127)

Definitivamente, usamos a palavra “dúvida” segundo alguns critérios públicos, os quais se relacionam imediatamente com o jogo de apresentar razões, pedir por elas, negá-las e, em algum ponto, satisfazer-se com a resposta obtida (cf.OC,3) . Portanto, isso que queremos identificar como dúvida no comportamento da criança, não se confunde com o comportamento de dúvida que tem o adulto³. O adulto, e também a criança, na medida que ingressa nos nossos jogos de linguagem, reconhece as regras do jogo que todos reconhecemos, e quando, por fim, as aprende podemos dizer: “este sabe o que a palavra ‘dúvida’ significa”.

³ Kober, em *Certainties of a world-picture*, trata do problema da dúvida como comportamento de dúvida. Entretanto, pensamos ter oferecido uma contribuição sobre o tema, mostrando o potencial metodológico da dúvida para o filósofo wittgensteiniano.

Wittgenstein diz ainda que na sentença “eu sei o que a palavra ‘dúvida’ significa” “a palavra ‘dúvida’ tem um papel lógico”. Não se pode decidir acerca do significado dessa palavra, dado que esse já está estabelecido em nossa gramática. E aqui novamente entra uma questão presente nas *Investigações Filosóficas*: a “dúvida, assim como o “saber”, a “certeza” e a “dor”, tem uma função comparável a de uma ferramenta (cf. PI,14). Muito pode ser feito com um martelo, mas nunca tentaríamos usá-lo para soltar ou apertar um parafuso. Também a palavra “dúvida” tem a sua função resguardada pelas nossas práticas, função essa que pode servir inclusive a um filósofo que pretenda identificar proposições empíricas e gramaticais.

Há proposições, notadamente empíricas, sobre as quais a dúvida pode (em sentido lógico) ser aplicada. Supondo que em um tribunal há que se decidir a favor ou contra a acusação “O réu matou o pai”. Trata-se de um juízo que necessita ser comprovado ou refutado mediante a apresentação de razões. O promotor buscará apresentar fatos que confirmem a culpa do réu, enquanto o advogado, a sua inocência. O que é apresentado como razão, no entanto, não pode estar sujeito à dúvida, caso contrário, nunca poderíamos decidir quanto ao valor de verdade da proposição primeiramente enunciada. Isso que está “fora da rota de inquérito” é o que Wittgenstein chama de proposição gramatical. Que algumas proposições estejam fora de qualquer suspeita é necessário inclusive para que possamos suspeitar de outras. O que tornaria viável a decisão do júri seria a existência de proposições que todos aceitariam como certas como, por exemplo, o testemunho coincidente de duas ou mais pessoas sobre o mesmo fato. Isso pode servir como prova suficiente em alguns casos.

Função lógica de algumas proposições empíricas

E aqui podemos chegar à última parte do parágrafo 308:

Isto é, interessa-nos o fato de que não pode existir qualquer dúvida acerca de certas proposições empíricas, se é de facto possível formular juízos. Ou ainda: estou inclinado a crer que nem tudo que tem a forma de uma proposição empírica o é. (OC, 308)

A dúvida é parte de um jogo de linguagem e pressupõe o jogo, como pressupõe a estabilidade da significação das palavras e uma certa estabilidade nos juízos. Em que acreditaríamos caso não fosse possível, por exemplo, acreditar que não estamos a sonhar quando pensamos estar acordados? E em que resultaria esse tipo de dúvida? Diante de alguém que afirma com veemência que está a sonhar, nada serviria de prova para atestar seu erro.

Eu não posso supor seriamente que eu esteja sonhando nesse momento. Alguém que, sonhando, diga “eu estou sonhando”, mesmo se falar audivelmente, não estaria mais certo do que dizer em seu sonho “está chovendo”, enquanto estivesse de fato chovendo. Mesmo se o seu sonho estivesse conectado ao barulho da chuva. (OC, 676)

Se alguém diz – como Descartes, por exemplo – que é razoável levantar dúvidas a respeito do mundo exterior, supondo para isso que possamos estar a sonhar no momento em que pensamos estar acordados, é porque pensa ser possível decidir dentre as proposições “estou sonhando quando penso estar acordado” e “estou acordado quando penso estar acordado” qual é verdadeira e qual é falsa. Nesse caso, as regras do jogo no qual se inserem as palavras “acordado” e “sonhando” confundiram-se, sem a percepção do filósofo, com proposições empíricas. Enquanto a primeira denota uma confusão gramatical que soa absurda, a segunda, descreve a maneira pela qual usamos a palavra “acordado”. Usamos a palavra acordado em tais casos, enquanto usamos a palavra sonhando em determinados outros. O fato

de o filósofo passar a pensar diferentemente não pode fazer com que esses conceitos permaneçam com o mesmo sentido e ao mesmo tempo se encaixem em novas situações. Ao usar uma palavra, tanto um homem comum como um filósofo contam com a permanência de seu significado, pois é a partir que se torna possível formular ou verificar proposições.

O que diríamos de alguém que possuindo as duas mãos diga: “tenho mãos” ou “existem objetos físicos”. Nada se prova com isso e nada se poderia provar contrariamente. E está aí o dilema epistemológico percebido por Wittgenstein. Apesar de parecerem empíricas, certas proposições não o são. Elas muito se assemelham a asserções acerca do mundo e, portanto, sujeitas a conhecimento, mas de fato não há o que se decidir sobre elas. Por oposição às proposições empíricas as quais são bipolares, tais proposições são monopolares. Que vermelho é uma cor todos irão concordar, a tal ponto que não é necessário ser dito. Porém, em um jogo de linguagem é possível decidir sobre a verdade ou falsidade de “Suas bochechas estão vermelhas”. Ao escutar tal coisa, posso ter dúvidas quanto à sua veracidade e, supondo que tenho diante de mim um espelho, posso verificá-la ou falseá-la.

Ao tentar descrever como os jogos de linguagem funcionam, Wittgenstein vê a “dúvida” como uma ferramenta, com a qual sabemos operar duvidando de certas coisas e não de outras:

Quando dizemos “Certas proposições não podem ser postas em dúvida”, isso dá a impressão que eu tenho de por essas proposições – por exemplo, que eu me chamo L.W. – em um livro de lógica. Porque aquilo que pertence à descrição de um jogo de linguagem pertence à lógica. Mas o fato de me chamar L.W. não pertence a nenhuma dessas descrições. O jogo de linguagem que funciona com nomes de pessoas pode, decerto, existir, mesmo que eu esteja enganado acerca do meu nome. – Mas pressupõe que seja absurdo dizer que a maioria das pessoas está enganada quanto a seu nome. (OC,628)

Se as proposições das quais podemos duvidar apresentam uma dupla possibilidade quanto a seu valor de verdade, aquelas das

quais não faz sentido duvidar podem ser entendidas como parte da lógica, dado que são entendidas por si mesmas (*selbstverständlich*). Se são entendidas por si mesmas, isso significa que não podem ser justificadas, dado que nada poderá atestar a sua verdade ou falsidade. Porém, o fato de encontrarmos proposições desse tipo não significa que devemos coloca-las em um livro de lógica. Listá-las enquanto truísmos apenas traria maiores confusões, já que a posição de cada uma dessas sentenças apenas pode ser reconhecida quando observada em sua relação com as proposições que delas dependem.

 Ou seja, as perguntas que formulamos e as nossas dúvidas dependem de proposições certas estarem a parte da dúvida, assim como dobradiças, em volta das quais as outras (proposições) se movem” (OC, 341)

 Mas a situação não se assemelha a isto: não podemos investigar tudo e por isso somos forçados a contentar-nos com suposições. Se queremos que a porta se abra, é preciso que as dobradiças lá estejam. (OC, 343)

Assim como as dobradiças em uma porta – que permanecem imóveis enquanto a porta abre e fecha – estão as proposições gramaticais em relação às empíricas. Se podemos falar em verdade e falsidade e, portanto, em “saber” e “dúvida” é porque há certas proposições que não entram nesse jogo e, mesmo que momentaneamente, o fundamentam. Porém, a sua posição não é imutável ou definida a partir de características intrínsecas a sua constituição, mas pelo movimento das proposições que são por elas fundamentadas. Por exemplo, podemos supor que por algum motivo alguém esqueça seu nome e apesar disso não temos razões para colocar em dúvida todo sistema que funciona a partir da certeza quanto a “a maioria das pessoas está certa a respeito do seu nome”. Tal proposição não pode ser hipotética, pois, caso seja constatada como negativa, todo sistema de chamar as pessoas por seus nomes seria impossibilitado.

Ao tentarmos aplicar a dúvida a proposições que colaboram para o sentido de outras proposições percebemos que um

limite é encontrado. E esse limite é o que Wittgenstein chama de fundamento (Grundlage) para nossos juízos. Somos capazes de julgar porque há uma certa estabilidade com a qual contamos no momento em que falamos. Caso não houvesse regularidade na maneira como os nomes são atribuídos, não poderíamos estar certos ou errados, saber ou duvidar e toda a linguagem seria um caos em que sentido algo seria identificado. Mas Wittgenstein observa que isso não acontece e que a linguagem se organiza de maneira coerente. Questionamos certas proposições – as quais podem ser confrontadas com a experiência – deixando aquelas que fazem a expressão de dúvida soar absurda à margem da rota do inquérito.

Conclusão

Por fim, podemos dizer que a importância do parágrafo 308 é apresentar de forma sistemática uma possível contribuição de Wittgenstein ao campo epistemológico. Essa contribuição pode ser percebida nos três resultados obtidos durante esse artigo. O primeiro é a constatação de que há uma separação categorial entre “saber” e “certeza”. A diferença entre elas não é, como consequência, apenas de grau – como se a certeza fosse a expressão máxima do conhecimento – mas categorial, no sentido de possuírem funções lógicas diversas. que nos permite contrapor proposições empíricas a proposições gramaticais. O segundo é pensar a dúvida como um instrumento lógico capaz de discernir proposições empíricas das gramaticais. O terceiro se mostra na análise de que proposições empíricas e gramaticais não têm uma posição fixa, mas podem ser investigadas a cada caso e que proposições empíricas podem cumprir um papel lógico.

Bibliografia

- KOBER, MICHAEL. *Certainties of a world-picture. The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Eds. Hans D. Sluga and David G. Stern. Cambridge University Press, 1997.
- MOYAL-SHARROCK, DANIELE. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- WITTGENSTEIN, L. *Über Gewissheit, On Certainty*. G.E.M. Anscombe and G.H. von Wright, eds. Oxford: Basil Blackwell, 1969. •
- . *Da Certeza*. Edição bilíngue. Lisboa: Edições 70, 1990.
- . *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
- . *Philosophical Investigations*. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1958.